



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 14/2012

Da reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Alcoutim

Realizada em 25 de julho de 2012

----- Aos vinte e cinco dias do mês de julho de dois mil e doze, nesta Vila de Alcoutim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Francisco Augusto Caimoto Amaral, José D'Assunção Pereira Galrito, Osvaldo dos Santos Gonçalves e Hugo Miguel Gago Barradas, respetivamente Presidente e Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da maioria dos membros da Câmara, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DA FALTA:** A Câmara considerou justificada a falta do Senhor Vereador José Carlos da Palma Pereira, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 64 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - O Senhor Presidente pôs à discussão a ata n.º 13/2012, da reunião pública ordinária realizada no dia 11 de julho de 2012, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes na mesma reunião. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida ata. -----

----- **FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-
dois da Tesouraria (n.º143) respeitante ao dia 24 de julho, que apresentava os
seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 2517.523,75 (dois milhões,
quinhentos e dezassete mil, quinhentos e vinte e três euros e setenta e cinco
cêntimos). -----

----- Operações Orçamentais - € 2.146.229,69 (dois milhões, cento e
quarenta e seis mil, duzentos e vinte e nove euros e sessenta e nove cêntimos); -

----- Operações Não Orçamentais - € 366.954,58 (trezentos e sessenta e seis
mil, novecentos e cinquenta e quatro euros e cinquenta e oito cêntimos). -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente
apresentou uma manifestação de solidariedade para com os Autarcas e população
dos concelhos de Tavira, S. Brás de Alportel e Castro Marim, que foram
afetados pelo grande incêndio que devastou a serra algarvia, na semana passada,
bem como, atribuiu um voto de louvor, aos bombeiros, e populares que ajudaram
no combate ao fogo. O manifesto de solidariedade e o voto de louvor foram
aprovados por unanimidade. -----

----- O Senhor Vereador Osvaldo Gonçalves questionou o Senhor
Presidente quanto à proposta já abordada na reunião anterior, referente ao apoio
social escolar. -----

----- O Senhor Presidente interveio, explicando que os valores para
elaboração da proposta só foram disponibilizados à poucos dias, mas que a
proposta já está a ser preparada para ser apresentada. -----

----- **POSSE ADMINISTRATIVA DE IMÓVEL EM BALURCO DE CIMA –
ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por
transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente
ata, desta fazendo parte integrante, referente ao assunto em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com duas
abstenções, dos Senhores Vereadores José Galrito e Osvaldo Gonçalves, que se
tome nova posse administrativa do prédio urbano localizado em Balurco de
Cima, Alcoutim, pertencente a José Francisco Gomes Lourenço; pelo prazo de
90 dias, para execução coercivas das obras, nos termos do n.º. 8 do artigo 107 do

Decreto-Lei 555/99 de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei 26/2010 de 30 de março, contados a partir da data em que se encontrem reunidas as condições técnicas e administrativas para o início dos trabalhos, e que estes trabalhos sejam efetuados, por entidades externas ao município, tendo presente a dificuldade de recursos humanos e meios materiais para a execução das obras coercivas, cujos procedimentos devem cumprir o código dos Contratos Públicos. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS E REDES DE ESGOTOS E PLUVIAIS DE ALCOUTIM – Cancelamento de**

garantia bancária: Foi presente uma informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, relativa ao cancelamento de garantia bancária apresentada pela firma Aquino Construções S.A. referente à empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade mandar cancelar as garantias bancárias n.º 756/2003-S no valor de € 58.167,01 (cinquenta e oito mil cento e sessenta e sete euros e um cêntimo), emitida pelo BPN – Banco Português de Negócios, S.A. e n.º 97230003113880019 no valor de € 5.875,58 (cinco mil oitocentos e setenta e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos), emitida pela Caixa Geral de Depósitos S.A. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS E REDES DE ESGOTOS E PLUVIAIS DE ALCOUTIM – Restituição de caução:**

Foi presente um pedido de restituição de valor de caução referente à empreitada em epígrafe, o qual está documentado com o parecer favorável da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a restituição de caução no valor de € 1.226,26 (mil duzentos e vinte e

seis euros e vinte e seis cêntimos) referente a 10% de reforço de caução, à Massa Insolvente de Aquino Construções, S.A.-----
----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **EMPREITADA DOS EXTERIORES DO PAVILHÃO POLIDESPORTIVO DE MARTIM LONGO – Cancelamento de garantia bancária:** Foi presente uma informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, relativa ao cancelamento de garantia bancária apresentada pela firma Aquino Construções S.A. referente à empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade mandar cancelar as garantias bancárias n.º 06/065/35488 no valor de € 16.287,67 (dezasseis mil duzentos e oitenta e sete euros e sessenta e sete cêntimos), emitida pelo BPI S.A. e n.º 2539000577593 no valor de € 2.093,22 (dois mil e noventa e três euros e vinte e dois cêntimos), emitida pela Caixa Geral de Depósitos S.A. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **TOPONÍMIA DA VILA DE ALCOUTIM – APROVAÇÃO DE TOPÓNIMOS NA VILA DE ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, referente ao assunto em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, aprovar o topónimo Praça Dr. João Dias, de acordo com a localização e respetiva nota biográfica, anexas á referida proposta, o descerramento da placa toponímica no dia 5 de setembro, quando se assinalam os 80 anos sobre o nascimento do conceituado médico alcoutenejo, durante uma cerimónia de homenagem, aprovar a extensão dos topónimos a seguir designados, face às alterações urbanísticas

decorrentes da existência de novas construções ou prolongamentos dos arruamentos já existentes, originando a necessidade a necessidade de promover a adaptação da designação do mesmo a todo do seu traçado: Avenida de Espanha e Rua de São Salvador e confirmar o topónimo Rua Júlio António Rosa, no local onde foi aprovado em reunião de Câmara de 09/05/1990, apesar de nunca ter ostentado placa toponímica.-----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **PEDIDOS DE APOIO FINANCEIRO:** -----

----- **CENTRO CULTURAL RECREATIVO E DESPORTIVO DE SANTA MARTA:** Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, com vista à atribuição de apoio financeiro para as Festas de Verão em honra de Santa Marta. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de € 276,25 (duzentos e setenta e seis euros e vinte e cinco cêntimos) à Associação “Centro Cultural de Santa Marta”. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **CENTRO CULTURAL RECREATIVO E DESPORTIVO DE SANTA MARTA:** Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, com vista à atribuição de apoio financeiro para as Festas de Verão em honra de Santa Marta, a realizar dia 04 de agosto do corrente ano. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de € 276,25 (duzentos e setenta e seis euros e vinte e cinco cêntimos) à Associação “Centro Cultural de Santa Marta”. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **ADECMAR – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ETNOGRÁFICO E CULTURAL DE MARTIM LONGO:** Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, com vista à atribuição de apoio financeiro para as Tradicionais Festas de Martim Longo, a realizar nos dias 31 de agosto, 1 e 2 de setembro do corrente ano. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de € 2.762,50 (dois mil setecentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos) à Associação “ADECMAR”. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **CLUBE DE CAÇADORES VALE LARGO:** Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, com vista à atribuição de apoio financeiro para as Festas de Verão em Honra de Santa Justa, a realizar nos dias 17, 18 e 19 de agosto do corrente ano. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de € 828,75 (oitocentos e vinte e oito euros e setenta e cinco cêntimos) à Associação “Clube de Caçadores de Vale Largo”. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **ASSUNTOS DIVERSOS:** -----

----- **CONTRATAÇÃO DE TÉCNICOS PARA AS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – Agrupamento de Escolas do Concelho**

de Alcoutim: Foi presente uma informação do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, referente ao assunto em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade submeter à Assembleia Municipal, nos termos do n.º1 do art.º 46.º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro diploma que aprovou o OE para 2012, a fim de autorizar a abertura de procedimento concursal para contratação em regime de contrato de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo certo – tempo parcial, tendo em vista o preenchimento de três postos de trabalho de técnicos habilitados para assegurar o desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular (AEC) no 1.º ciclo do ensino básico, para as áreas de: Ensino de Inglês – 1 posto de trabalho; Atividade Física e Desportiva – 1 posto de trabalho e Atividade Lúdico – Expressiva – 1 posto de trabalho. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **EMPREITADA DOS EXTERIORES DO PAVILHÃO POLIDESPORTIVO DE MARTIM LONGO – Restituição de caução:** Foi presente um pedido de restituição de valor de caução referente à empreitada em epígrafe, o qual está documentado com o parecer favorável da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a restituição de caução no valor de € 977,64 (novecentos e setenta e sete euros e sessenta e quatro centavos) referente a 10% de reforço de caução, à Massa Insolvente de Aquino Construções, S.A.-----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **EMPREITADA DE CONDUTAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A SANTA JUSTA – Reforço de caução – correção:** Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, referente ao assunto em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar ao empreiteiro a regularização do reforço de caução, procedendo à entrega do valor de 13.684,45€ através de cheque, depósito em dinheiro ou mediante garantia bancária ou seguro-caução. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL:** Foi presente uma minuta do protocolo em epígrafe, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, que visa assegurar o armazenamento, guarda e operacionalização, através da Base de Apoio Logístico Distrital de Albufeira, de equipamentos de Proteção Civil. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM:** Foi presente uma minuta do protocolo em epígrafe, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, com vista à comparticipação de € 265,60 (duzentos e sessenta e cinco euros e sessenta cêntimos), para fazer face às despesas medicamentosas para apoio a dois munícipes carenciados do Concelho no âmbito do programa de combate ao tabagismo. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- O Senhor Presidente propôs ao executivo a não realização das reuniões no mês de Agosto, devido a ser o período habitual de férias, proposta que foi aceite por unanimidade. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente foi encerrada a reunião, pelas onze horas e vinte minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Técnico Superior, da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente

O Secretário